DOI 105418/RA2018.1424.0003

Cooperação sul-sul entre Brasil e Moçambique: da (in)segurança territorial à alteridade construída pela soberania popular

South-south cooperation between Brazil and Mozambique: from territorial (in)security to alterity built through popular sovereignty

Cooperación sur-sur entre Brasil y Mozambique: de la (in)seguridad territorial a la alteridad construida por la soberanía popular

Thiago Sebastiano de Melo
Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Membro da Coordenação Executiva do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduíno. E-mail: sebastianodemelo@gmail.com

Adriano Rodrigues de Oliveira
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Professor do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU). E-mail: adriano.ufg@gmail.com

Ricardo Barbosa Jr.
Mestrando em Geografia pela University of Calgary (Canadá). E-mail: ricardo.barbosajr@ucalgary.ca

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da cooperação Sul-Sul estabelecida entre o Brasil e Moçambique, tendo como centralidade a forma como o Brasil se constitui em vitrine para o modelo de desenvolvimento a ser transposto para Moçambique. O objetivo principal é demonstrar os problemas decorrentes da transposição de um modelo que, na sua origem, é passível de diversas contradições internas que têm provocado conflitos relacionados aos distintos projetos de apropriação da terra, da água e do subsolo. O encaminhamento desta análise foi pautado em revisão bibliográfica, dados e informações de origem secundária e primária, oriundos de pesquisas de campo nesses dois países. Os recursos naturais, em vez de se constituírem como potencialidade para a realização das condições objetivas e subjetivas de sua população, tem sido convertidos em alvo para a centralização e a concentração do capital. Ao invés de produção de riqueza, instaura-se a pobreza. No lugar de territórios de alteridade, instala-se a insegurança territorial. Territórios de vida são convertidos em territórios esterilizados pela extração de *commodities* e/ou a implantação de megaprojetos de aproveitamento turístico que negam a existência das populações locais. Enfatiza-se a necessidade de construção de projetos de desenvolvimento que sejam pautados na soberania popular. Qualquer proposta que não esteja ancorada nas aspirações e necessidades do seu povo estará fadada ao fracasso. Sem a capacidade de autodeterminação territorial, uma população não tem como garantir sua soberania popular.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Palavras-chave: cooperação internacional, soberania popular, (in)segurança territorial, turismo, desenvolvimento.

Abstract

This article analyses the South-South cooperation established between Brazil and Mozambique, focusing centrally on the way Brazil has become a showcase for the development model to be transposed to Mozambique. The main objective is to demonstrate the problems arising from the transposition of such a development model, which in its origin is susceptible of several internal contradictions, that have provoked conflicts related to the different appropriation projects for land, water, and the subsoil. This analysis is based on literature review, data, and information of secondary and primary origin, resulting from fieldwork in both countries. Instead of allowing the population to achieve better objective and subjective conditions, such natural resources have become a target for centralization and concentration of capital. Rather than wealth creation, poverty is established. In place of territories of alterity, territorial insecurity is installed. Territories of life are converted into sterilized territories by the extraction of commodities and/or the implantation of megaprojects for tourism that deny the existence of the local populations. In this work, emphasis is given to the need of building development projects that are based on popular sovereignty. Any proposal that is not anchored in the aspirations and needs of its people will be doomed to failure. Without the capacity for territorial self-determination, a population cannot guarantee its popular sovereignty.

Keywords: international cooperation, popular sovereignty, territorial (in)security, tourism, development.

Resumen

Este artículo presenta un análisis de la cooperación Sur-Sur establecida entre Brasil y Mozambique, enfocandose en la forma como Brasil se constituye en vitrina para el modelo de desarrollo a ser transpuesto a Mozambique. El objetivo principal es demostrar los problemas derivados de la transposición de un modelo de desarrollo que en su origen es susceptible a diversas contradicciones internas que han provocado conflictos relacionados con los distintos proyectos de apropiación de la tierra, del agua y del subsuelo. Este análisis se basa en una revisión bibliográfica, datos e informaciones de origen secundario y primario, resultante del trabajo de campo realizada en ambos países. Los recursos naturales en lugar de constituir una potencialidad para la realización de las condiciones objetivas y subjetivas de su población han sido una base para centralización y concentración del capital. Al revés de producción de riqueza, se instaura pobreza. En lugar de territorios de alteridad, se instala inseguridad territorial. Territorios de vida, se convierten en territorios esterilizados por la extracción de *commodities* y/o la implantación de megaproyectos turísticos que niegan la existencia de las poblaciones locales. Se enfatiza la necesidad de construir proyectos de desarrollo que se guíen en la soberanía popular. Cualquier propuesta que no esté anclada a las aspiraciones y necesidades de su pueblo estará condenada al fracaso. Sin la capacidad de autodeterminación territorial una población no tiene como garantizar su soberanía popular.

Palabras clave: cooperación internacional, soberanía popular, (in)seguridad territorial, turismo, desarrollo.

Introdução

A cooperação Sul-Sul é a modalidade de cooperação técnica que busca inverter a lógica Norte-Sul, em que os países ditos desenvolvidos auxiliam os demais países a atingirem o tão propalado "desenvolvimento". Os países do hemisfério sul passam a colaborar entre si, reconhecendo seus diferentes patamares de desenvolvimento. O objetivo principal é descentralizar as ações para que os países se desenvolvam sem depender exclusivamente da cooperação Norte-Sul, notadamente pautada na exploração. A cooperação Sul-Sul esteve na pauta central da política externa brasileira, na virada do século XXI (UNFPA, 2017).

As relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, atualmente, estão assentadas nos termos da referida cooperação. Após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo, ocorreu uma série de direcionamentos da política brasileira em relação à África. Notou-se uma mudança na postura do Itamaraty para com os países deste continente por meio de um crescimento significativo no orçamento destinado à cooperação.

Os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) analisados por Barriviera (2016) demonstram que, no período de 2000 a 2014, houve a ampliação da execução financeira de 807 milhões de reais, em 2000, para 5 bilhões, em 2014. O auge das execuções financeiras foi em 2010, quando estas atingiram o montante de 19,5 bilhões. No que se refere aos projetos e atividades isoladas para este mesmo período, as ações saltaram de 4, em 2000, para 161, em 2014, tendo também o pico de 253, em 2010, coincidindo com o auge do montante de execução financeira.

Nesse contexto, a política externa do governo de Luís Inácio da Silva, o Lula (PT), foi marcada pelo estreitamento das relações "terceiro-mundistas" (cooperação Sul-Sul), mas, certamente, sem romper as relações com os países do norte. Em nível institucional, durante o mandato do presidente Lula – que visitou a África diversas vezes –, no Itamaraty, criaram-se três divisões para tratar desses assuntos, além de vários postos diplomáticos em países desta região, e, até mesmo, em alguns casos, houve o perdão de suas dívidas (LECHINI, 2008; ROSSI, 2015; VISENTINI, 2013).

A agricultura é a principal modalidade por meio da qual o Brasil coopera. Utilizando os dados da ABC, Abreu (2013) mostra como a maior parte da cooperação brasileira é destinada à agricultura, que conta com 19% de seu orçamento total. Ao verificar a parte do orçamento destinado especificamente à cooperação Sul-Sul Brasil-África, Barriviera (2016) demonstra que esse percentual é ainda maior, com 33,35%. Todavia, no amplo termo "agricultura", há uma diversidade de ações que têm sido implementadas, que vão desde

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

a transferência tecnológica em parcerias público-privadas até a formulação de políticas públicas ancoradas nos pressupostos da segurança alimentar, como o Programa Mundial de Alimentação – Moçambique (PMA) e o Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África), como demonstrado por Milhorance (2013).

Por meio da cooperação internacional centralmente consubstanciada no setor primário, o Brasil está "exportando" um modelo ancorado nas contradições internas representadas nas relações entre o agronegócio e o campesinato, que remete à disputa entre modelos distintos de desenvolvimento para o campo brasileiro. Como salienta Costa Vaz (2015), existem "dimensões duais" da política agrícola brasileira em sua projeção na cooperação agrícola dentro do seu projeto de internacionalização em desenvolvimento, que Milhorance (2013), reconhecendo esta dualidade, aborda como a transferência de "inovação" na agricultura e nas políticas públicas alimentares, respectivamente.

A relação entre os dois modelos agrícolas de desenvolvimento, no processo de cooperação agrícola, é, muitas vezes, tão estreita que se torna de difícil distinção. Um exemplo disto pode ser observado no caso do PAA África, em Moçambique, considerando que "essa iniciativa foi ainda associada à melhoria da infraestrutura de transporte (rodovias no Corredor de Nacala)" (MILHORANCE, 2013, p. 16). Um outro ponto que corrobora essa argumentação é a centralidade que se deu à transferência de inovação para a Embrapa Moçambique, aquela que teve a primazia em desenvolver a soja adaptada ao ácido solo do cerrado brasileiro, convertendo-o na grande fronteira internacional de *commodities* agrícolas (MAGALHÃES, 2008). É importante lembrar que a pesquisa pública foi essencial, no processo no cerrado brasileiro, da mesma forma que está sendo no savana moçambicana.

Nesse contexto, as relações bilaterais entre Brasil e Moçambique, nas últimas décadas, se intensificaram sobremaneira nos termos da cooperação Sul-Sul, ainda que tais relações remontem ao século passado, antes mesmo de os países do sul pensarem nesta cooperação. Moçambique foi um dos principais destinatários das ações da política internacional do Brasil no continente africano, visando a respaldar o papel deste país como ator político, diplomático e também econômico, via internacionalização de empresas brasileiras (CALMON, 2012). Um dos fatores que explicam isto é o fato de Moçambique ser um país lusófono, embora essa aproximação não se deva apenas à proximidade linguística, que retoma a identidade e a cultura comuns, mas também às similaridades desses países resultantes da colonização empreendida pela mesma metrópole. Dentro do estreitamento de laços com o continente africano, houve um segundo recorte de intensificação das relações com os PALOPS, isto é, os países africanos de língua portuguesa, como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial (VISENTINI, 2013).

Como consequência imediata desse conjunto de iniciativas, o Brasil se constitui, atualmente, numa das principais referências de desenvolvimento para o Estado e parte da população moçambicana. Interroga-se qual o sentido último, bem como as implicações no processo de consolidação, desse modelo de desenvolvimento. Este questionamento baliza uma agenda de pesquisa que será sumariamente apresentada, neste artigo, em alguns aspectos que consideramos centrais e primordiais.

Tal agenda está circunscrita ao projeto de pesquisa e de cooperação internacional coordenado e executado nos âmbitos da Universidade Federal de Goiás, no Brasil, e da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Este projeto, intitulado *Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro e das savanas em Inhambane/Moçambique*,[1] consagra alguns dos objetivos da cooperação Sul-Sul.

Em função desse projeto, algumas missões de investigação foram realizadas, tanto por pesquisadores brasileiros em terras moçambicanas, quanto por pesquisadores moçambicanos no Brasil. Pesquisas de graduação, mestrado e doutorado têm sido estruturadas, e, entre estas missões, destacam-se o estágio de doutoramento (com duração de quatro meses) e a missão científica (com duração de 15 dias) realizados por dois autores do presente artigo. Estas incursões empíricas, em Moçambique, permitiram a compreensão de alguns eixos de reflexão para a discussão proposta, tendo como centralidade dois aspectos: 1) o turismo – e, especificamente, o turismo rural – tem sido apresentado, nos discursos público e privado brasileiro e moçambicano, como possibilidade de emprego e renda, e ganha importância em investimentos; e 2) a reafirmação do Brasil como "porta-voz" de um modelo de desenvolvimento ancorado nos mesmos ditames imperialistas, historicamente consagrados na relação Norte-Sul, ou seja, o protagonismo do Estado brasileiro tem sido propagado na perspectiva imperialista (ou subimperialista) de permitir às empresas brasileiras a territorialização e a ampliação da acumulação em territórios africanos, a exemplo de Moçambique.

Os artigos do Código Mundial de Ética do Turismo (CMET) guardam aproximações com os objetivos da cooperação Sul-Sul. Aceitando que o CMET é, ou deveria ser, o substrato teórico-conceitual para a cadeia produtiva do turismo, refletir sobre as potencialidades do turismo como componente de fortalecimento de territórios implica em problematizar os efeitos das ações do Brasil em Moçambique, para compreender se os termos da cooperação Sul-Sul e do CMET têm sido considerados. Deste modo, a transposição de um modelo de

[1] Edital: CAPES/AULP/049/2014.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

desenvolvimento brasileiro consubstanciado na produção de *commodities* minerais e agrícolas, em vez de impulsionar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, pode acarretar efeitos deletérios, sobretudo, nos territórios das populações camponesas, que estão sendo fortemente impactados pelas alterações nas paisagens naturais, convertidas em monoculturas agrícolas e/ou em "montanhas" de rejeitos produzidos pela mineração. Territórios da diversidade e da vida são transformados em territórios homogêneos e objetos de múltiplas formas de espoliação.

O objetivo deste artigo é apresentar a aproximação de questões que subsidiem um entendimento do turismo como fenômeno social, rompendo com as leituras economicistas e apriorísticas hegemonicamente apresentadas, ao mesmo tempo em que permite pensá-lo como elemento da autodeterminação territorial das comunidades, o que inverte a lógica mercantilista da turistificação de territórios, modos de vida, bens comuns, monumentos etc., mesmo sob o argumento corriqueiramente utilizado de geração de emprego e renda.

Estudar o turismo como um fenômeno social prescinde do desvelamento e da assimilação de sua multiescalaridade e multidimensionalidade. Para não incorrer em abstrações generalizantes que pouco auxiliariam nas análises acerca das ações do Brasil em Moçambique, toma-se como parâmetro a soberania popular, premissa constitucional brasileira e noção conceitual amplamente utilizada por movimentos sociais, notadamente os ligados à Via Campesina. A utilização deste referencial teórico-prático possibilita problematizar o conceito de desenvolvimento em curso no Brasil e exportado para Moçambique. De forma mais precisa, questiona-se o projeto de país brasileiro em curso, que tem sido apresentado como modelo para a sociedade moçambicana, entendendo que seus principais determinantes (como o conceito de desenvolvimento), que compõem a metanarrativa capitalista contemporânea, são antagônicos aos interesses da maior parte das populações desses dois países.

A revisão bibliográfica, dados e informações de origem secundária e empírica (fotografias, entrevistas, questionários e observações *in loco*), oriundos de pesquisa de campo nos dois referidos países, embasam as análises ora apresentadas.

Este artigo está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos da questão do desenvolvimento e os seus desdobramentos para as populações que compõem a classe trabalhadora no Brasil, e, a partir deste embasamento, na segunda parte, são demonstradas as armadilhas inerentes à transposição do modelo de desenvolvimento propagado no Brasil para Moçambique. Na terceira parte, são delineados os desafios para a construção

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

de diferentes formas de resistência e a agenda propositiva para o turismo respaldada na soberania popular.

Fazer é difícil. Desenvolvimento e a (in)segurança territorial dos sujeitos no Brasil

A *soberania popular* é prerrogativa constitucional, no Brasil (Artigo 14 da Constituição Federal de 1988). Não obstante, é cotidianamente afrontada. Aprofundar-nos sobre as dinâmicas que criam as condições de harmonização social (FROMM, 1947) que permitem a não consecução desse poder soberano fugiria do escopo da proposta em tela. Assim, partiremos das evidências de que os interesses populares têm sido sistematicamente vilipendiados, consubstanciados no entendimento dos movimentos sociais organizados na Via Campesina de que a soberania popular é garantida pela organização e emancipação social, como se pode conferir no *site* desta organização.

A mobilização em busca da emancipação social logrou importantes avanços, no Brasil, notadamente a partir de 2003, quando movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e outras formas de organização da sociedade civil conquistaram maior espaço na disputa pelas ações do Estado. Pelo fato de os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016) terem se estruturado sob a égide da conciliação de classes, com alguma distribuição de renda e implementação de políticas sociais, tais governos protagonizaram conquistas sociais e econômicas que colocaram o país em destaque, no cenário internacional.

Os mercados institucionais de compras da produção camponesa (a exemplo do PAA[2] e PNAE[3]), a valorização do poder de compra do salário mínimo, a retirada de milhões de pessoas da miséria, a saída do país do Mapa da Fome das Nações Unidas (MDS, 2014), a ampliação e a qualificação do sistema educacional, com destaque para o ensino técnico e superior público, são algumas das ações governamentais que explicam esse reconhecimento internacional. Todavia, essas ações se conformaram tendo como contrapartida os ganhos recordes de bancos privados e de empresas do agronegócio, bem como o fortalecimento

[2] Criado no ano de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é amparado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho do mesmo ano, e possui como finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isto, este programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL, 2015).

[3] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos programas mais antigos de que o governo brasileiro dispõe sobre alimentação escolar e segurança alimentar nutricional (SAN), com criação em 1955. É considerado um dos mais abrangentes do mundo no que diz respeito ao atendimento escolar e à alimentação saudável. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado ao PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida esta que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2012).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

de partidos políticos e setores da mídia hegemônica, entre outros atores historicamente decisivos nos rumos do país.

Tais concessões aos menos favorecidos não só foram insuficientes, do ponto de vista da equalização social entre as classes – leia-se a distribuição de renda e de terra que possibilitasse a transformação estrutural da sociedade brasileira –, como terminaram por desagradar os setores que saíram fortalecidos e articularam a ruptura democrática que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, dando lugar ao governo de Michel Temer e à posterior eleição de Jair Bolsonaro. A correlação de forças, que já era desfavorável, perdeu o seu condão popular. Os retrocessos são exponenciais, frutos de exigências das agendas econômica e social dos grupos que se articularam para barrar o que viam como transformações sociais que inviabilizavam ou comprometiam a consolidação de um projeto neoliberal de desenvolvimento nacional.

A crise estrutural que passou a assolar o mundo, no período pós-2008, alterou profundamente a ordem econômica mundial. Os países importadores de *commodities*, principalmente a China, arrefeceram a sua capacidade produtiva, e, por conseguinte, colocaram em xeque o modelo conciliatório vigente no Brasil. Já não era mais possível oferecer vultosos recursos financeiros para setores hegemônicos do capital (como as corporações do agronegócio) e a manutenção de políticas sociais de cunho territorial, como, por exemplo, a demarcação de territórios quilombolas e terras indígenas – estes que tanto incomodavam os setores do agronegócio brasileiro, representados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).[4]

A FPA se constitui como um dos flancos de atuação das corporações do agronegócio, no Brasil. Conforme Fernandes (2008), o agronegócio caracteriza a atual dinâmica do capitalismo no campo brasileiro, manifestando-se por seu caráter hegemônico na condução da agricultura em contraposição ao modelo de desenvolvimento pautado na agricultura familiar ou camponesa: "[...] a diferença estrutural desses modelos são as classes sociais que produzem diferentes relações e territórios" (FERNANDES, 2017, não paginado).

Nesse imbróglio político-partidário, o papel do agronegócio pode ser visualizado, por exemplo, nas delações premiadas dos irmãos Batista, donos da J&F, grupo que capitaneou o maior esquema de corrupção já descoberto no Brasil, que conta, comprovadamente, com a compra de congressistas, a influência nas operações da Polícia Federal e a coação de funcionários públicos, entre outras práticas nada republicanas, conforme pode ser

[4] Segundo dados de sua página oficial, em 2016, foi composta de 198 deputados (38,6% do total) e 22 senadores (27,2% do total). Por sua vez, em novembro de 2018, a bancada já era composta de 234 deputados (45,6% do total) e 27 senadores (33,3% do total) (FPA, 2018).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

verificado em diversos veículos da mídia nacional – independente da linha editorial –, entre os quais destacamos os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *El País Brasil*, *Brasil de Fato*, *Carta Capital*, *Repórter Brasil* etc.

A JBS,[5] empresa do grupo J&F,[6] é, nos dias atuais, a maior produtora de proteína animal do mundo, conforme pode ser evidenciado no *Atlas da Carne*, publicado em 2016.[7] Com destacada relevância internacional, essa empresa ficou em evidência por ter cometido práticas insalubres denunciadas em investigação da Polícia Federal, na operação designada "Carne Fraca".[8] Este caso é emblemático por muitas razões, entre as quais sobressai o fato de que uma de suas marcas mais famosas (Friboi) era vendida como sinônimo de qualidade, tendo como garoto propaganda de suas campanhas publicitárias um dos atores mais prestigiados do maior grupo midiático do país, que tem empenhado grandes esforços para propagandear o agronegócio como a síntese da modernidade e do desenvolvimento brasileiro.

Se ao agronegócio fosse imputada somente a chancela de corruptor do Estado nacional, seria o caso de se comparar, neste quesito, com outros segmentos da sociedade. Ocorre, porém, que o agronegócio responde por feitos ainda mais comprometedores, como, por exemplo, a submissão da vida humana a diversos riscos, em função do uso indiscriminado de veneno na agricultura, protagonizado pelas grandes corporações, como a Monsanto, a Bunge e a Cargill, entre outras. Para Folgado (2016), o agronegócio é o principal agente do estado de exceção em que vive o Brasil, isto a partir do uso de agrotóxicos altamente contaminantes, muitos dos quais proibidos em outros países.

Diversas pesquisas têm demonstrado os efeitos negativos do agronegócio para a vida humana e para o conjunto da natureza, entre as quais se destacam o livro organizado por Sousa e Folgado (2016) e os relatórios organizados por Canuto, Luz e Andrade (2016) e por Carneiro et al. (2015). Para elucidar esse caráter perverso, senão bárbaro, que ilustra a outra face da modernidade do agronegócio, basta avaliar os dados sobre a escalada da

[5] Sigla oriunda do nome do seu fundador, José Batista Sobrinho.

[6] É o nome da holding que controla o Grupo JBS. Segundo consta, o "J" refere-se ao primeiro nome (José) do fundador do grupo e "F" ao primeiro nome de sua esposa (Flora).

[7] "O maior processador global de carne, hoje em dia, também é uma empresa brasileira, a JBS/Friboi, e isto corresponde à política de desenvolvimento do governo. Por meio de sua estratégia dos "campeões nacionais", o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu créditos e investimentos diretos no valor de mais de R$ 12 bilhões à JBS, e, atualmente, detém 24,6% das suas ações [...]" (FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL, 2016).

[8] Mais detalhes dessa operação podem ser obtidos no sítio eletrônico da Polícia Federal brasileira: http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/03/pf-desarticula-esquema-criminoso-envolvendo-agentes-publicos-e-empresarios Acesso em 14 de julho de 2017.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

violência no campo, no ano em 2017: "[...] referente à face mais trágica da questão agrária brasileira, o ano de 2017 já entrou para a história. Não bastasse o alarme criado com os dados de 2016, os assassinatos de lideranças rurais, camponeses e índios tendem a bater recordes. Até 24 de maio de 2017, foram assassinadas 37 pessoas [...]" (MITIDIERO JÚNIOR, 2017, não paginado).

Desconsiderando todas as comprovações do seu entrelaçamento com os níveis da barbárie social que assola o país – que tem crescido após a ruptura democrática (RBA, 2017) –, o agronegócio se vende e é vendido como a "vitrine" do desenvolvimento nacional. Confundindo, propositalmente, agricultura empresarial (agronegócio) com agricultura camponesa, o discurso hegemônico nega as contradições de distintos projetos para a sociedade e o campo brasileiro. O principal grupo midiático nacional veicula, atualmente, uma campanha publicitária[9] que assevera: "Agro é tech; Agro é pop; Agro é tudo" (CASTILHO, 2017, não paginado). As belas imagens e o serviço de desinformação cotidiano da mídia hegemônica se somam para consolidar este mito.

A despeito da alta inversão de recursos públicos (BARBOSA JR., COCA, 2015), o agronegócio utiliza práticas explicitamente desumanas, em seu processo produtivo, que ficam escamoteadas nessa publicidade ufanista, que pouco tem de patriótica e verdadeira. A utilização de trabalho análogo à escravidão (CANUTO, LUZ, ANDRADE, 2016), o intenso uso de agrotóxicos com as altas taxas de contaminação dos bens comuns, como as águas, os solos, os subsolos, o ar e, inclusive, o leite materno (CARNEIRO et al., 2015), são evidências incontestes da necessidade de redirecionamento dessas inversões e de uma inspeção mais eficaz por parte do Estado.

Assim, argumentamos que o agronegócio não é a síntese da modernidade, mas, sim, a síntese dos interesses do capital transnacional para a sociedade brasileira. A mineração, os empreendimentos hidrelétricos e os megaeventos são outros grandes componentes das ações multifacetadas desses interesses, no Brasil e no mundo (JENNINGS et al., 2014; LAUERMANN, DAVIDSON, 2013; MENDONÇA, 2004; ZUCARELLI, 2015). A agenda capitaneada pelo Brasil no continente africano coloca este país como vetor dos interesses das corporações internacionais que veem, na produção/extração de *commodities*, um mecanismo de reprodução ampliada do capital. É um projeto que não possui compromisso com a vida e a sustentabilidade, ao contrário do que dizem as propagandas do agronegócio brasileiro.

É imprescindível compreender que, na etapa atual da acumulação capitalista, a

[9] No link https://www.youtube.com/watch?v=VENm5PbXhZ0, é possível verificar a centralidade da campanha publicitária da Rede Globo de Televisão para positivar a imagem do agronegócio brasileiro. Acesso em 14 de julho de 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

produção de *commodities* de origem agrícola e mineral tem se territorializado, na América Latina e na África, em busca das potencialidades oferecidas pelos recursos naturais que compõem os seus territórios. Harvey (2004), apoiado em Luxemburgo (1968), desenvolve o conceito de *acumulação por espoliação* para explicar os dois processos que estariam "organicamente vinculados": 1) a obtenção da mais-valia pela alienação dos camponeses e trabalhadores dos meios de produção; e 2) as relações entre os capitalistas e os modos de produção não capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Para a reprodução ampliada do capital, na escala internacional, as estratégias utilizadas podem ganhar múltiplas características que perpassam a fraude, a opressão e a pilhagem, entre outras.

Por um lado, as sucessivas crises do capital internacional (notadamente, a última, que se estende desde 2008), e, por outro lado, as crises alimentares e energéticas, têm desencadeado uma "corrida desenfreada" por territórios onde haja abundância de terras para o cultivo de alimentos e formas alternativas de energia (BORRAS JR., FRANCO, 2012; SAUER, LEITE, 2012). Observa-se, assim, que a territorialização do capital no espaço agrário tem se constituído em importante estratégia para permitir a manutenção da reprodução ampliada e, por conseguinte, a recuperação econômica de corporações internacionais que, pela diversificação dos seus capitais, têm estendido os seus tentáculos ao desenvolvimento do agronegócio em países da América Latina, Caribe e África Subsaariana (CLEMENTS, FERNANDES, 2013).

No momento histórico em que os direitos humanos se consagram como importante baliza para evitar uma série de crimes e barbaridades cometidas no passado, no Brasil, segmentos inteiros da sociedade pagam o preço de não serem "sujeitos do desenvolvimento". As populações tradicionais (CIMI, 2015) e o campesinato (CANUTO, LUZ, ANDRADE, 2016), particularmente, pagam o preço, com seus territórios e suas vidas, por serem enxergados pelo agronegócio como obstáculos ao desenvolvimento nacional (ROCHA, BARBOSA JR., 2018). Olhar para as disputas territoriais permite vislumbrar, de modo mais contundente, a perversidade do conteúdo deste "desenvolvimento".

Se, por um lado, a expropriação territorial e a exploração dos sujeitos que vivem no campo são características comuns da dinâmica de reprodução do capitalismo, segundo Harvey (2011), por outro, é de se esperar que o Estado, entendido justamente como o mediador dos conflitos de classe (SANTOS, 2006), aja para, no mínimo, conter o avanço da barbárie – o que não ocorre no Brasil. E, sem garantir a segurança territorial para os diversos sujeitos, o Estado inviabiliza suas existências (MELO, 2016), confirmando a tese de Lênin (2007) sobre a função do Estado burguês.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Reconhecendo as complexidades e as especificidades da reprodução capitalista em cada país, fica evidente, em todo caso, que é um equívoco falar de desenvolvimento nacional desconsiderando-se as (sobre)determinações das dinâmicas desta reprodução. As implicações resultantes para se pensar o turismo como componente territorial que confirma ou nega esse projeto de desenvolvimento modernizante, portanto, prescindem de uma reflexão sobre essas determinações, para que se possa considerar a autodeterminação territorial como parâmetro para tal diálogo. Esta, por sua vez, é condição para se construir e manter a emancipação social e a soberania popular.

Desse modo, até que ponto as ações do Brasil em Moçambique contribuem para que as populações tenham seu direito ao território assegurado, em consonância com o que indicam os termos da cooperação Sul-Sul e do Código Mundial de Ética do Turismo? Falar em (in)segurança territorial é fundamental, sobretudo, quando estão em evidência, por um lado, um dos maiores países do planeta, com mais de 200 milhões de habitantes e uma das mais altas taxas de concentração de terra e renda, e, por outro, um país cuja população é essencialmente rural e que possui uma forma de ocupação apartada de grandes projetos de urbanização e infraestrutura.

O território é condição para a vida e para a conservação dos bens comuns. Assegurar, formal e precariamente, a vida sem assegurar a capacidade de autodeterminação territorial dos sujeitos acarreta, impreterivelmente, em violência, em suas múltiplas dimensões.

Falar é fácil. Um projeto com cores neocoloniais para Moçambique.

Partimos da premissa de que, no âmago da cooperação Sul-Sul estabelecida entre Brasil e Moçambique, está presente uma complexa rede de atuação neocolonialista. Nesse sentido, concordamos com Fernandes (2013), que reitera a força explicativa do conceito de imperialismo. Harvey (2004) demonstrou que os países com excedentes de capital procuram, cada vez mais, regiões mundiais com escassez de capital para investimentos. E, para fazer circular (bem como para ampliar a acumulação de) este capital com maior agilidade, foi preciso conectar os governos com as corporações e criar agências multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), para agilizar esta circulação. Estas sempre foram as características do imperialismo, que, somadas ao poderio militar, colonizaram e dominaram vários países. Todavia, atualmente, este processo ocorre pelo mercado e pela circulação da produção, o que fez surgir uma nova geopolítica, que Amin (2012) tem chamado de imperialismo contemporâneo, e Pfrimer e Barbosa Jr. (2017) de neoagrocolonialismo,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

da mesma forma que Moyo, Yeros e Jha (2012) apontam, em seus estudos, ao pesquisar a corrida imperialista à África para o uso dos seus recursos, como a terra.

Aceitando-se que o propósito do Estado brasileiro, em Moçambique, é o de consolidar os termos da cooperação Sul-Sul, bem como que os pesquisadores preocupados com o turismo tomam como referência o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999), torna-se relevante pautar alguns aspectos centrais para a compreensão dos efeitos da transposição do modelo de desenvolvimento brasileiro para Moçambique.

O Brasil tem buscado uma relação econômica com Moçambique, desde o período em que este país se afirmou como nação independente, em 1975. Contudo, essa presença se intensificou sobremaneira, no início do século XXI, com a ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, conforme pode ser constatado na extensa pesquisa jornalística realizada por Rossi (2015). Os documentos utilizados por esta autora demonstram que é possível falar de um projeto de país, pois os objetivos pouco variaram desde aquela época até a época presente, mesmo durante os governos petistas, ao contrário do que era de se esperar, dado o seu apelo popular. Lula, inclusive, usou a sua influência para facilitar acordos baseados em experiências brasileiras que já apontavam serem prejudiciais também para a população moçambicana, como foram os casos da operação da mineradora Vale, cujos crimes ambientais e sociais, no Brasil, são internacionalmente conhecidos,[10] e do Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSavana), cujo modelo foi inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), que teve resultados negativos para as populações e para os bens comuns deste bioma (PESSÔA, 1988).

Tanto as ações da Vale quanto as do ProSavana são destinadas à região do Corredor de Nacala, que abrange três províncias ao norte de Moçambique (Niassa, Nampula e Zambézia) e também atravessa o sul do país vizinho do Malawi (vide Figura 1). Conforme o estudo de Frei (2017), o projeto Corredor de Nacala compreende duas grandes frentes logísticas concatenadas: o ramal portuário (no Oceano Índico) e o ramal ferroviário, que visam a integrar e a escoar as explorações minerárias da Vale, bem como da modernização agrícola desencadeada pelo ProSavana. Assim, é emblemático analisarem-se os desdobramentos para as comunidades que residem nesses territórios, bem como para o conjunto da população moçambicana.

[10] O blog das atingidas e atingidos pela Vale é um esforço de se centralizarem denúncias e notícias das ações desta empresa em diversos países. Muitas matérias são republicadas a partir de fontes internacionais. Vide https://atingidospelavale.wordpress.com/ Acesso em 14 de julho de 2017.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Na página eletrônica oficial moçambicana do ProSavana (2015, não paginado), lê-se que uma de suas missões é "melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e producção, e diversificação da produção agrícola". Com isso, dois aspectos ficam latentes: o primeiro é que existe uma confiança de que o modelo exportado pelo Brasil é "moderno"; e o segundo é que, com tal modelo, é possível diversificar a produção. Entendendo-se que o agronegócio é o modelo exportado, parece incoerente pensar em modernização, tendo em vista seus desdobramentos, no Brasil, entre os quais está, inclusive, a diminuição da diversidade produtiva, uma vez que desterritorializa quem efetivamente produz comida.

Num sentido geral, buscou-se implementar, na savana africana, um modelo de desenvolvimento agrícola do agronegócio que se baseia numa integrada matriz logística, pesquisa pública e outros arranjos jurídico-institucionais que visam a dar condições para a implementação da monocultura agroexportadora. Este projeto se baseia, em grande medida, na experiência do cerrado brasileiro, que, pouco tempo antes, passou pelo mesmo curso, tornando-se um complexo estratégico do agronegócio (PFRIMER, BARBOSA JR., 2016). Em termos de programa, o que ocorre em Moçambique toma forma a partir do Prodecer, que contou também com a presença do Japão. O projeto de apoio técnico para o desenvolvimento da inovação agrícola, em Moçambique, se estruturou em 2010, e contou com a Embrapa, com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e também com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) (JICA, ABC, GOVERNMENT OF MOZAMBIQUE, 2009; MOURÃO, 2011). Dessa forma, tratou-se de uma cooperação trilateral.

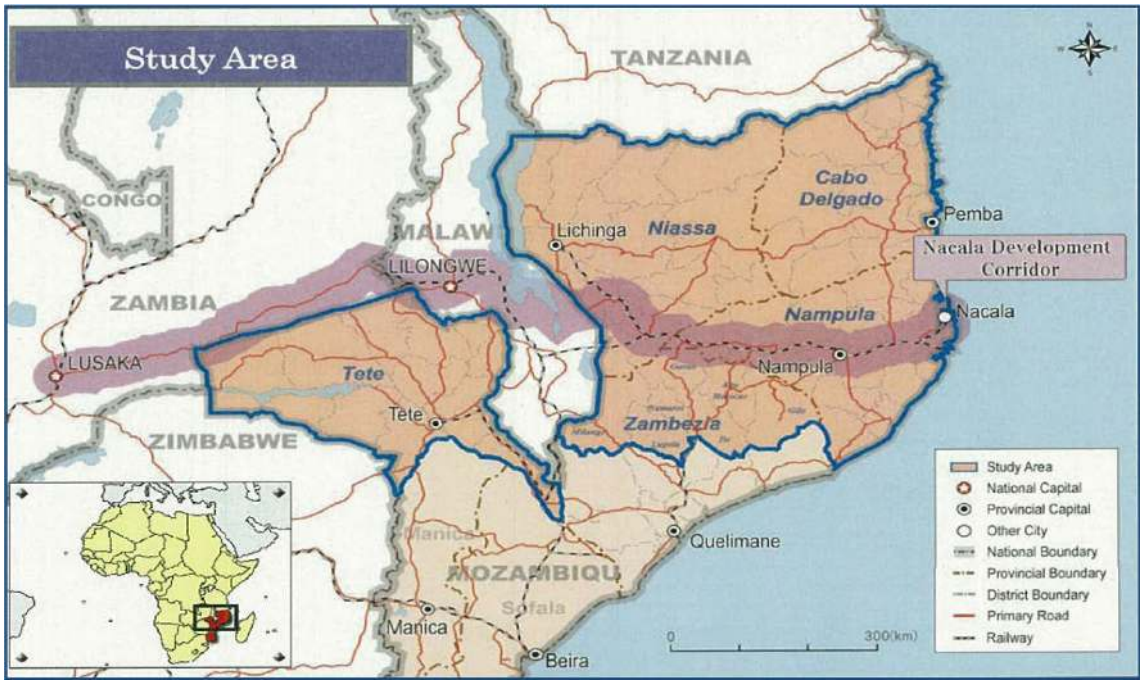
Será que, em Moçambique, as relações materiais e imateriais se consolidarão como no Brasil? É uma indagação legítima e relevante, já que, em tese, o Estado moçambicano foi estruturado em bases socialistas, desde a sua independência, em 1975. Cabe avaliar se este Estado tem se precavido para que não se manifestem em Moçambique as práticas consolidadas no Brasil, tais como: o aumento da concentração fundiária, a expropriação de camponeses, a territorialização dos monocultivos e a degradação ambiental, entre outras. Acompanhar as (re)ações que se efetivam no Corredor de Nacala, dada sua importância estratégica dentro da parceria bilateral entre os dois países, permite encontrar elementos que suportem tal avaliação.

Para operacionalizar a mina de Moatize I, a Vale investiu numa linha férrea, no Corredor de Nacala, que liga a região oeste, onde se situa a mina, à região leste, onde está localizado o porto de Nacala, que é utilizado para escoar os minérios para os principais

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

mercados consumidores do mundo (vide a Figura 1). De acordo com a licitação ganha pela referida empresa, esta investirá oito bilhões de dólares neste empreendimento (VALE, 2017). E a questão é como ou até que ponto esse investimento e os lucros gerados a partir dele compensam (ou chegam) às comunidades atingidas.

Figura 1 - Corredor de Nacala.



Fonte: UNAC e GRAIN (2015).

O que dizem os sujeitos impactados pelas ações no Corredor de Nacala? Em 2013, uma carta aberta aos presidentes dos três países que operacionalizam o ProSavana expôs o posicionamento das populações que ali residem. Em virtude de as pesquisas científicas demonstrarem a subjugação dos interesses populares nacionais às (sobre)determinações da reprodução ampliada do capital (FREI, 2017), é fundamental dar ressonância às reivindicações/denúncias que têm sido protagonizadas pela sociedade organizada, em Moçambique. Segundo esse autor, para além da consistência teórico-metodológica, dar visibilidade a essas ações é manter o compromisso ético-político com os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. As comunidades afetadas pela expropriação e/ou espoliação do trabalho precisam ser ouvidas – e não invisibilizadas –, conforme os interesses das corporações internacionais. Na carta supramencionada, define-se um entrelaçamento entre os objetivos do ProSavana com o discurso e as práticas do Estado moçambicano:

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> *A estratégia de entrada e implementação do ProSavana assenta-se e fundamenta-se na necessidade, justificadamente, prioritária de combate à pobreza e no imperativo nacional e humano de promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país.*
>
> *Aliás, estes têm sido os principais argumentos usados pelo Governo de Moçambique para justificar a sua opção pela política de atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e consequente implantação de grandes investimentos de mineração, hidrocarbonetos, plantações de monoculturas florestais e agronegócios destinados à produção de commodities (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

O discurso de combate à fome foi usado no passado, no Brasil, como registra Pessôa (1988), e voltou a ser usado, conforme pode ser observado nas campanhas publicitárias do agronegócio, anteriormente mencionadas. Nada de novo nisto. A própria população moçambicana reconhece a importância da premência do combate à fome e à miséria, mas com a garantia da soberania popular. Conforme vimos, não foi o agronegócio o responsável pela retirada do Brasil do Mapa da Fome, mas, sim, as políticas públicas de cunho social, como o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a valorização real do salário mínimo. Também não é o agronegócio que garante a oferta de alimentos na mesa dos brasileiros, como pode ser evidenciado nos dados obtidos pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e reiterado na minuciosa análise comparativa da responsabilidade produtiva do agronegócio e da agricultura camponesa no Brasil empreendida por Mitidiero Júnior, Barbosa e Hérick de Sá (2017).

Atentos às ameaças representadas por esse modelo produtivo de desenvolvimento do campo, as comunidades organizadas salientam na carta:

> *Nós, camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil moçambicanas, reconhecendo a importância e urgência do combate à miséria e da promoção do desenvolvimento soberano e sustentado, julgamos oportuno e crucial expressar as nossas preocupações e propostas em relação ao Programa ProSavana (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

Coincidentemente, um dos motivos centrais que geram preocupação nos moçambicanos é o mesmo que gera preocupação a nós, brasileiros: a falta de regulação por parte do Estado. Na verdade, em Moçambique, observa-se o mesmo desenho institucional estabelecido no Brasil para viabilizar e operacionalizar o Prodecer. Da mesma forma como, no Brasil, o Prodecer redefiniu o papel da agricultura brasileira (e suas corporações) na geopolítica internacional de produção de *commodities* (INOCÊNCIO, 2010), o ProSavana tem sido estruturado para territorializar, em Moçambique, as corporações do agronegócio e para

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

suprir as demandas de matérias-primas dos países importadores, como Japão e China (este último, já presente nesse país, com extensas fazendas de produção de arroz, conforme foi observado na Missão Científica realizada em 2016).

> *Depois de vários debates ao nível das comunidades dos Distritos abrangidos por este programa, com autoridades governamentais moçambicanas, representações diplomáticas do Brasil e Japão e suas respectivas agências de cooperação internacional (Agência Brasileira de Cooperação/ABC e Agência de Cooperação Internacional do Japão/JICA), constatamos haver muitas discrepâncias e contradição nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção do programa; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que ocupam actualmente (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

Depois de recordar seu passado de luta armada pela libertação nacional, a população relembra ao seu então presidente quem produz a comida do país, bem como a importância da autodeterminação territorial para a reprodução social da nação:

> *Senhor Presidente Guebuza, mais de 80% da população moçambicana têm na agricultura familiar o seu meio de vivência, respondendo pela produção de mais de 90% da alimentação do país.*[11]

> *O ProSavana constitui um instrumento para criação de condições óptimas para entrada no país de corporações transnacionais, as quais irão, inevitavelmente, alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem terra e aumento da insegurança alimentar, ou seja, a perda das maiores conquistas da nossa Independência Nacional (VIOMUNDO, 2013, não paginado).*

A população moçambicana, representada pelas entidades e movimentos sociais que assinam a referida carta, demonstra plena convicção de que ignorar o uso de práticas já conhecidas no Brasil acarretará num desfecho similar. Ter em tela os conflitos territoriais é salutar porque também convoca os envolvidos a considerarem questões que têm sido amplamente ignoradas, como o sentimento de pertencimento e as relações sociais. A territorialidade, como a projeção do sujeito em seu território, não é passível de ser simplesmente transferida, muito menos em condições subumanas, como, por exemplo, as que têm sido propagadas pela Vale. No projeto de modernização e expansão da linha férrea supracitada, milhares de famílias foram reassentadas, e muitas têm expressado descontentamentos profundos com as condições em que foram reassentadas, para além de todo o trauma de terem sido retiradas de seus locais de moradia.

[11] No Brasil, também é a agricultura camponesa que produz mais de 70% da alimentação consumida neste país e emprega mais de 74% da oferta de mão de obra no campo, conforme demonstram os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Nas imagens que seguem, algumas dessas condições são expostas. Mediante a carta cujos fragmentos já foram mencionados, grande parte das famílias se dizem ignoradas pela Vale e por suas subsidiárias e sem voz para exporem ao resto do país e ao mundo o que está acontecendo. Em diversos encontros, essas famílias demonstraram tristeza e indignação com sua situação, e se mostraram propensas a compartilhar suas histórias e condições, pois tinham plena consciência de que seus direitos fundamentais estavam sendo negados. Nesse sentido, é importante reforçar que as injustiças não são somente observadas pelos investigadores, mas declaradas pelos sujeitos, e que estas injustiças são gritantes. Esta análise não tem o objetivo de substituir as vozes dos afetados, mas, sim, reverberá-las.

Figura 2 – Linha de alta tensão.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Figura 3 – Rachadura provocada pela circulação dos trens



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Na Figura 2, é possível visualizar as famílias reunidas para receberem um grupo de pesquisadores, demonstrando a condição degradante das novas casas que lhes foram oferecidas pela Vale. Esta empresa reassentou essas famílias embaixo de uma linha de transmissão de energia de alta tensão. Com o solo arenoso, atrelado à baixa fertilidade e ao difícil acesso à água, muitas famílias reassentadas têm que percorrer muitos quilômetros para poderem cultivar suas *machambas*.[12] O intenso tráfego diário de locomotivas de trens carregadas com os minérios da Vale, além de afetar a qualidade de vida dessas famílias com a poluição sonora, tem comprometido as estruturas das habitações em que foram reassentadas, conforme pode ser visto nas rachaduras mostradas na Figura 3.

A Vale cercou muitas áreas lindeiras às linhas férreas, como se pode observar na Figura 4. Contudo, como algumas dessas áreas são propícias ao cultivo agrícola, muitas famílias

[12] Nome característico das plantações/roças das famílias camponesas, em Moçambique, que podem ser organizadas tanto individualmente quanto em agrupamentos comunitários (MENDONÇA, OLIVEIRA, GONÇALVES, 2016).

têm adentrado nelas (Figura 5), considerando que o local em que foram reassentadas são longínquos e/ou inapropriados, fato que, aliado à ausência de assistência técnica, inviabiliza a reprodução social. É importante destacar que o distanciamento dos camponeses de suas machambas compromete sua cosmovisão, considerando que estes espaços de cultivo não somente garantem as condições materiais que asseguram sua vida, mas também permitem a construção cotidiana de saberes e fazeres.

A negação do território se dá, também, nos elementos simbólicos. A Vale tem disponibilizado casas de alvenaria que não correspondem às habitações geralmente utilizadas pelo campesinato moçambicano, como se observa na Figura 6. Não que tal transformação não possa ocorrer, mas, quando esta é uma imposição, rompe com o direito à cultura e à autodeterminação territorial.

A Vale enfrenta, além da contestação das famílias, também as manifestações de funcionários e ex-funcionários. Para arrefecer estas ações, conta com o aparato armado do Estado moçambicano, conforme analisado por Rossi (2015) ao investigar as atuações da Força de Intervenção Rápida (FIR) na repressão às manifestações grevistas e/ou às comunidades atingidas pela mineração. Essa interrupção ao direito de a população reivindicar sua soberania configura uma ruptura com os princípios socialistas que, supostamente, norteiam esse país. Quando os interesses do Estado se comprometem com a garantia de ações que restringem e/ou mesmo negam a soberania popular, não podemos falar de um desenvolvimento social, quiçá de crescimento econômico.

Figura 4 – Área de obras da linha férrea cercada.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Figura 5 – O plantio por detrás das cercas da Vale.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 6 – A negação do direito ao território.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Figura 7 – O sentido da vida é o motor da resistência.



Fonte: Thiago Sebastiano de Melo. Pesquisa de campo, novembro de 2016.

Considerar que a cosmovisão camponesa ultrapassa a materialidade econômica visualizada na produção agrícola é fundamental para se compreenderem as múltiplas formas de resiliência e (re)existência que têm sido construídas pelas comunidades afetadas pela Vale. A vida não é uma equação com variáveis definidas e controladas pelos interesses de mercado. Ainda que as dinâmicas de reprodução do capitalismo atinjam também a subjetividade, com mecanismos de captura e harmonização cada vez mais refinados, a metanarrativa capitalista não encerra os sentidos da vida em cifras. E, enquanto houver sentido na vida, haverá sentido na luta pelo território. O tecido social que dá concretude ao território é prenhe de afetividade e alegria, como se observa na Figura 7, com o grupo de mulheres que, após uma reunião para tratar dos diversos problemas no reassentamento feito pela Vale, demonstra uma felicidade que dá sentido prático à luta pela emancipação social. É possível ser feliz fora das estreitezas capitalistas.

Moçambique é um país complexo, com dezenas de línguas locais, uma cultura dinâmica e porosa, com paisagens que atraem pessoas do mundo todo e um Estado-governo formalmente socialista, cuja legitimidade começa a ser abertamente questionada, cada vez mais, por residentes. Estes elementos podem ser bastante conflituosos entre si, num momento, bem como podem compor tramas e estratégias de ações locais, regionais e nacionais, em outro. Em todo caso, um aspecto parece evidente: apostar num modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio – ou, mais precisamente, nos interesses do capital transnacional – descontenta os diretamente afetados e mina a soberania popular, cuja referência, dada a diversidade cultural existente, podem ser os preceitos constitucionais de países que reconhecem suas raízes e criam condições para seu fortalecimento, como a

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Bolívia, por exemplo. Este país, que também sofre com o avanço do capital agrário brasileiro (URIOSTE, 2012), recentemente, adotou a constituição plurinacional, que emprega conceitos linguísticos indígenas de *buen vivir* (viver bem) e *Pachamama* (mãe terra), reafirmando a identidade boliviana e os direitos sobre seus recursos naturais (ZIMMERER, 2015).

Enquanto há certa receptividade da sociedade local aos avanços do capital do agronegócio brasileiro, a sociedade civil organizada tem se posicionado contrariamente a este processo, conforme foi demonstrado com os excertos da carta aberta das organizações populares de Moçambique e presenciado durante nosso trabalho de campo. Negar as diversas formas de existências é – ou, pelo menos, deveria ser – antagônico a querer apostar no turismo como elemento do desenvolvimento.

Agir é necessário! Construindo uma agenda de pesquisa para o turismo comprometida com a soberania popular

Diante da complexidade subjacente à cooperação Sul-Sul protagonizada pelo Brasil, em Moçambique, centraremos nossa análise em uma das dimensões que tem sido propugnada como impulsionadora de desenvolvimento econômico. O turismo tem sido bastante estudado, na perspectiva geográfica (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2001; PORTUGUES, 2001). Tais pesquisas têm influenciado os estudos moçambicanos sobre esse fenômeno social, como é possível conferir no livro organizado por Zacarias e Azevedo (2015). Estes intercâmbios analíticos são salutares e prescindem de aprofundamento, pelos ganhos recíprocos que trazem, ao oxigenarem as análises em ambos os países.

Espera-se, entretanto, que a absorção de informações transformadas em conhecimento reconheça a disputa de poder dentro dos diferentes campos de saberes, como já evidenciou Bourdieu (2004). O turismo, como campo de saber, tem sido marcado por análises teóricas e empíricas apriorísticas, como definiu Alfredo (2001).

Sem qualquer motivação à rivalidade desnecessária e excludente, entendemos que a aceitação desse formato analítico tem ocorrido por não considerar a totalidade, ou seja, não contemplar uma leitura totalizante acerca do turismo como fenômeno social. A totalidade como categoria do método histórico dialético (CARVALHO, 2007) permite a aproximação de diferentes abordagens e aspectos desse fenômeno sem incorrer, por um lado, num reducionismo que restringe as comparações e impede de alcançar os traços gerais do fenômeno estudado (o que, de acordo com Fromm (1947), é o objetivo deste tipo de pesquisa científica), e, por outro, numa abstração sem qualquer materialidade, desprovida de sentidos histórico e crítico que permitam aportar elementos para uma construção teórica e ação coletivas acerca do referido processo.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Cientes de que a pesquisa consagra, em si, um posicionamento (ético-político) que não dá margem para a ainda advogada neutralidade, temos como embasamento o que Paulo Freire (2011) designou como "posição dos excluídos da terra" e que Zizek (2011a) e Badiou (2012) denominaram de "posição proletária". Tal posição não é um comprometimento apriorístico que repõe as categorias do capitalismo e impede uma reflexão e ação comprometidas com o devir e com uma leitura teleológica, sem a qual a crítica ao modelo de organização social aparece como um problema desvinculado das questões impostas aos estudos de turismo.

Trazer o turismo para o campo da teoria social crítica não é fazer críticas limitadas a um ou outro aspecto do atual modelo de organização social no tocante a este fenômeno social, como é o traço hegemônico das pesquisas no Brasil (OURIQUES, 2005). Considerar o turismo como elemento da autodeterminação territorial dos povos, inclusive no plano das políticas públicas, exige lembrar que só há autodeterminação territorial de diferentes sujeitos de um mesmo Estado-nação e de Estados-nação diferentes se houver soberania popular, o que não é possível dentro do capitalismo (KONDER, 2009; LENIN, 2007; MARX, ENGELS, 2007).

A obra de Konder (2009) importa, ainda, por trazer, já na década de 1980, a necessidade de pesquisas sobre turismo (designado como "lazer") e sobre os aspectos subjetivos do capitalismo para a "batalha das ideias". Um esforço tem sido realizado nesse sentido, como no caso do livro *Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias*, organizado por Calheiros, Gonçalves e Mari (2013). Essas dimensões simbólicas, imateriais e subjetivas, no processo de construção de concepções de mundo, são decisivas para se entender o que Lefebvre (1973) denominou de "reprodução das relações de produção". Sem este entendimento, resta inviabilizado o esforço de se compreender o turismo como componente da autodeterminação territorial, justamente por conta da premissa supracitada.

As experiências e diálogos com movimentos sociais, no Brasil e em Moçambique, e as vivências com as populações tradicionais e famílias acampadas e assentadas, no Brasil, bem como com as famílias camponesas e famílias reassentadas pela Vale que perderam direito de acesso às machambas, em Moçambique, subsidiam a agenda de pesquisa proposta. Conforme vimos, na primeira parte deste artigo, a dinâmica que expropria seus territórios e ceifa suas vidas é a mesma que contamina os bens comuns e impõe (sobre)determinações para parcela significativa da população, em ambos os países analisados, que vão desde o processo inflacionário dos preços das terras e dos aluguéis, passando pela contaminação dos alimentos e chegando ao controle das informações a que a maioria da população tem acesso (controle das mídias de massa sob concessão pública). Vale frisar que, para além

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

das experiências mencionadas, o CMET e os termos da cooperação Sul-Sul são enfáticos em salientar seus comprometimentos com a segurança territorial dos diferentes sujeitos, com os bens comuns e com o saber e as culturas locais, motivo pelo qual são o pano de fundo contra o qual deve ser lida a agenda que segue.

Sem a pretensão de que seja uma proposta definitiva e que, tampouco, abranja todos os aspectos relevantes para um debate crítico e qualificado acerca do turismo como fenômeno social, a agenda exposta resulta do interesse de desvelar dinâmicas e construir aproximações pouco correntes no campo de saber definido como *turismo no Brasil*, e que, no esteio da relação bilateral que comporta também as pesquisas científicas, tem sido exportado para Moçambique.

As ações do Brasil em Moçambique coadunam com os propósitos da cooperação Sul-Sul?

Inserir o turismo numa reflexão aprofundada acerca do respeito (ou não) aos termos da cooperação Sul-Sul permite mensurar em que medida os propósitos do CMET têm sido respeitados, tendo em vista as interseções entre ambos os documentos, como direito ao território, conservação dos bens comuns e valorização da cultura local, entre outros. Outrossim, analisar o turismo como componente de territórios, em Moçambique, prescinde de um olhar mais amplo sobre as questões territoriais, que, nesse caso, envolvem as ações brasileiras neste país.

Turismo como fenômeno social: implicações para a autodeterminação territorial.

Hegemonicamente, o turismo tem sido pensado e propagado como uma atividade econômica e um campo de estudo/saber detentor de grandes potencialidades como vetor de desenvolvimento local, a partir de sua capacidade de gerar emprego e renda. Mediações importantes ficam escamoteadas. Para desvelar tais mediações, é imperioso indagar: quais as implicações, para os territórios e as políticas públicas, se o turismo for compreendido como fenômeno social?

Se a economia do turismo é o principal argumento dos entusiastas desta "indústria limpa", é a partir dela que devem ser pensadas as questões do turismo. Todos os profissionais ligados à cadeia produtiva do turismo têm que ser tratados como tais. Todas as inversões públicas, nesse vasto leque de atividades, têm que ser entendidas como investimento em

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

turismo, para o bem e para o mal. Assim, se verificará, por exemplo, que o turismo responde por um número crescente de escândalos de desvios de verbas públicas, no Brasil.[13] Incidirá, sobre tais formulações que o turismo consagra, em verdade, uma série de atividades já há muito realizadas pelos sujeitos, mas que ganham notoriedade e um estatuto próprio na metanarrativa capitalista.

O turismo é a sacralização, com uma coloração positiva, de um modo de sujeição contemporâneo. Na ponta do lápis, com rigor teórico-metodológico, praticamente, todos os sujeitos inseridos na economia de mercado são turistas. Para a gestão e a teorização calcadas neste postulado hegemônico sobre o que é turismo, apenas são turistas aqueles que gastam acima de *x* dólares por dia e/ou que viajam *y* quilômetros para exercerem suas atividades, entre outras definições que excluem sujeitos que, cotidianamente, movimentam a cadeia produtiva e a economia do turismo. Este mesmo recorte incoerente e impreciso contribui para não permitir entender como a mercantilização das relações é o substrato da turistificação amplamente comemorada e que penaliza sujeitos, localidades, regiões e países tidos como meros recursos/atrativos turísticos.

A cadeia produtiva do turismo é composta de um grande número de atividades que compõem o setor de serviços. Este setor tem ganhado primazia, no processo de reestruturação produtiva do capital (ZIZEK, 2011a). O turismo passa, assim, a ser central em duas medidas para o capitalismo: por um lado, desempenha importante papel para a reprodução ampliada do capital; por outro, atualiza e legitima os termos da metanarrativa capitalista.

Na batalha das ideias, é importante descolonizar as mentes, como já apontava Martins (1999). Entender que a negação das metanarrativas, no século passado, resultou no fortalecimento de uma única grande metanarrativa é condição para se retomar um projeto coletivo de emancipação social consistente e popular (BADIOU, 2012; ZIZEK, 2011b). Como contraposição ao comunismo, entendido aqui como a principal metanarrativa emancipatória dos séculos XIX e XX, o capitalismo apresentou uma série de pautas civilizatórias que negavam a necessidade de superar o atual modelo de organização social. Assim, no seio dessas contradições de classe, emergiram ganhos que, retirando justamente a mediação de classe, foram importantes do ponto de vista humanitário e, concomitantemente, foram sendo incorporados e assimilados por essa grande metanarrativa capitalista. As expressões

[13] Casos como os de Gramado, em 2013 (http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/07/justica-condena-9-por-desvio-de-verba-em-eventos-em-gramado-rs.html), e o da Confederação Brasileira de Desporto Aquático, em 2017 (https://oglobo.globo.com/esportes/policia-federal-prende-presidente-da-cbda-em-operacao-contra-desvio-de-verbas-21169486), apesar de estarem separados por quatro anos, são apenas singelos exemplos da utilização direta da cadeia produtiva do turismo em desvio de verbas públicas. Acesso em 14 de julho de 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

mais fortes desta dinâmica são as narrativas dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável e dos direitos específicos de segmentos excluídos e/ou inferiorizados, como as populações tradicionais, a população negra, as mulheres e a comunidade LGBT, entre outros sujeitos.

A garantia dessas conquistas é a condição para pensarmos em autodeterminação territorial. Ocorre que, em verdade, a turistificação e a exclusão são faces articuladas da metanarrativa capitalista. À medida que legitima o discurso multiculturalista liberal que propaga a ideia de que todos os sujeitos têm as mesmas condições de existência, a narrativa turística contribui para a fetichização da relação com "o outro" e com a natureza, escamoteando as conexões escalares e as (sobre)determinações capitalistas, desse modo, individualizando as lutas por direito ao território e, de forma mais ampla, à própria vida.

Compreender as multiescalaridades e multidimensionalidades do fenômeno turístico, tanto no plano discursivo quanto no plano prático-empírico, possibilita não desconectá-lo da totalidade da dinâmica social e, consequentemente, inseri-lo como componente da afirmação (ou da negação) da autodeterminação territorial dos sujeitos.

O turismo e o multiculturalismo liberal

O multiculturalismo liberal, premissa da metanarrativa capitalista contemporânea, assegura igualmente dignidade aos diferentes segmentos das sociedades brasileira e moçambicana? Esta deve ser a arguição das pesquisas que se apoiam na narrativa turística de "indústria verde", de atividades com baixo impacto social e ambiental, de vetor de desenvolvimento sustentável, e tudo o mais que é dito, por exemplo, no CMET e no discurso hegemônico das pesquisas sobre o tema.

Em suma, o multiculturalismo liberal propaga a ideia de que todas as formas de existências estão ou podem ser asseguradas no capitalismo. Esta ideia foi consistentemente analisada – e negada – por Fredric Jameson e Slavoj Zizek (1998), para quem as dinâmicas da reprodução ampliada do capital prescindem dessa seguridade ao conjunto dos sujeitos. À medida que valora os modos de ser e estar (as existências) de modos distintos, sem deixar de mercantilizá-los e criar nichos de mercado, essas dinâmicas propiciam a ilusão de que é possível galgar a realização pessoal capitalista, independentemente de sua sexualidade, seu gênero, sua cor de pele e do lugar onde se vive, entre outras dimensões da reprodução social.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Considerações finais

Conforme vimos, as relações da cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique estão consubstanciadas na etapa atual de acumulação do capital. Moçambique tem se constituído num território convertido em receptáculo de experiências originalmente forjadas desde os países do Norte, que, na etapa atual, passam a incluir ações oriundas de países do Sul, como o Brasil.

Ao se converter em "vitrine" de um modelo de desenvolvimento, o Brasil, que tem sua economia fortemente ancorada em *commodities* de origem mineral e agrícola, acaba transpondo para aquele país as contradições internas que têm acarretado uma série de conflitos relacionados à apropriação e ao controle da terra, da água e do subsolo.

É importante frisar que o Brasil não é o único impulsionador de ações de desenvolvimento para Moçambique. O fato de este país possuir um grande acervo natural (terra, água e subsolo), que permite desde a exploração de *commodities* à utilização da beleza cênica disponível em sua vasta orla marítima, tem atraído uma infinitude de "investimentos" estrangeiros para o usufruto destas potencialidades naturais.

A invasão estrangeira tem interrompido, senão abortado, as possibilidades de construção de alternativas de reprodução das condições materiais e subjetivas de existências dos sujeitos dos campos e das cidades moçambicanas. Em última instância, isto implica na instauração de distintas faces da insegurança territorial, na medida em que territórios da vida e da diversidade estão sendo usurpados por distintas formas de acumulação de capital internacional, manifestas em atividades como a mineração, a agricultura e o turismo.

É imperativo que a sociedade organizada de Moçambique possa fortalecer suas redes de cooperação internacional, para além das esferas institucionais de Estados-nação do Norte ou do Sul, ancorando-se na força dos "de baixo", daqueles que habitam os "espaços opacos", os homens e mulheres do "tempo lento" que, na conjugação de experiências horizontais – via de regra, construída na participação –, possam produzir a contra-hegemonia necessária para enfrentar o ornitorrinco ao qual o capital se assemelha.

No momento em que concluímos este artigo, o Brasil passa por uma profunda reestruturação na sua relação geopolítica com os países do Sul. Após a ascensão do governo de Michel Temer, em 2016, e o resultado eleitoral de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do país, ao que tudo indica, há um realinhamento dos parceiros externos e um recrudescimento de novas formas de acumulação do agronegócio, tanto no sentido Norte-Sul, como no Sul-Sul. Isto nos coloca diante de um contexto que demanda novas agendas de pesquisa para se elucidarem os desdobramentos desse cenário político e econômico.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Referências bibliográficas

1. ABREU, F. J. M. DE. A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. In: *Mural Internacional*, v. 4, n. 2, p. 3-17, 2013.
2. ALFREDO, A. Geografia do turismo. A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como ilusão necessária. In: *GEOUSP* – Espaço e Tempo, v. 9, p. 37-62, 2001.
3. AMIN, S. Contemporary imperialism and the agrarian question. In: *Agrarian South:* Journal of Political Economy, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2012.
4. BADIOU, A. The rebirth of history: times of riots and uprisings. Londres: Verso, 2012.
5. BARBOSA JR., R.; COCA, E. L. DE F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. In: *Eutopía*: Revista de Desarrollo Económico Territorial, v. 8, p. 13-27, 2015.
6. BARRIVIERA, G. D. N. O lugar da África na política externa brasileira após 2003. In: *Conjuntura Austral*: Journal of the Global South, v. 7, n. 36, p. 57-72, 2016.
7. BORRAS JR., S.; FRANCO, J. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminary analysis. In: *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.
8. BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
9. BRASIL. Constituição Federal de 1988. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 14 de julho de 2017.
10. _____. Sobre o PNAE. 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 14 de julho de 2017.
11. _____. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 14 de julho de 2017.
12. CALHEIROS, A.; GONÇALVES, A.; MARI, M. Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias. São Paulo: Nankin, 2013.
13. CALMON, D. P. DE G. "Para cada problema africano, existe uma solução brasileira"? Uma análise dos megaprojetos brasileiros em Moçambique. In: *Revista Vernáculo*, v. 30, n. 2, p. 66, 2012.
14. CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. Conflitos no campo – Brasil 2016. Goiânia: CPT, 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

15. CARNEIRO, F. F. et al. (Eds.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

16. CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. In: *Outubro*, v. 15, n. 1, p. 177-193, 2007.

17. CASTILHO, A. "Agro é pop": propaganda da Globo sobre cana tem imagens de escravos. 2017. Disponível em: <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/06/11/agro-e-pop-propaganda-da-globo-sobre-cana-tem-imagens-de-escravos/>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

18. CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil. Brasília: [s.n.]. 2015. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>.

19. CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. In: *Agrarian South*: Journal of Political Economy, v. 2, n. 1, p. 41-69, 2013.

20. CORIOLANO, L. N. M. T. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.

21. COSTA VAZ, A. International drivers of Brazilian agricultural cooperation in Africa in the post-2008 economic crisis. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 58, n. 1, p. 164-190, 2015.

22. CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Rocca, 2001.

23. FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.* Campinas: Unicamp, p. 173-224, 2008.

24. _____. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: UNESP, v. 2, 2013.

25. _____. O agronegócio não é o centro do universo. 2017. Disponível em: <http://www.redesans.com.br/o-agronegocio-nao-e-o-centro-do-universo-por-bernardo-mancano/>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

26. FOLGADO, C. A. Agrotóxicos e o estado de exceção: a suspensão da legislação de agrotóxicos em atenção aos interesses do agronegócio. In: SOUZA, M. M. O.; FOLGADO, C. A. (eds.). *Agrotóxicos: violações socioambientais e direitos humanos no Brasil.* Anápolis: UEG, 2016.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

27. FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária: Integrantes. 2018. Disponível em: <http://www.fpagropecuaria.org.br/integrantes>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

28. FREI, V. V. M. No país do mano muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da Província de Nampula. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2017.

29. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

30. FROMM, E. Análise do homem. Trad. Octavio Alves Velho. São Paulo: Círculo do Livro S/A, 1947.

31. FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos. Rio de Janeiro: [s.n.] 2016.

32. HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

33. _____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

34. IBGE. Censo Agropecuário. 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

35. INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2010.

36. JAMESON, F.; ZIZEK, S. Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo. Buenos Aires: Paidós, 1998.

37. JENNINGS, A. et al. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014.

38. JICA; ABC; GOVERNMENT OF MOZAMBIQUE. Memorandum de entendimento sobre a cooperação triangular para o desenvolvimento da agricultura das savanas tropicais em Moçambique, Maputo, Mozambique: Japan International Cooperation Agency, Agência Brasileira de Cooperação and Government of Mozambique. [s.l: s.n.] 2009.

39. KONDER, L. O marxismo na batalha das ideias. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

40. LAUERMANN, J.; DAVIDSON, M. Negotiating particularity in neoliberalism studies: tracing development strategies across neoliberal urban governance projects. In: *Antipode*, v. 45, n. 5, p. 1277-1297, 2013.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

41. LECHINI, G. Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. 2008. Disponível em: <http://www.cebri.org/midia/documentos/318.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

42. LEFEBVRE, H. Reprodução: as relações de produção. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

43. LENIN, V. O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Trad. Revista Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

44. LUXEMBURGO, R. Socialismo e liberdade. Belo Horizonte: Forum, 1968.

45. MAGALHÃES, B. P. Política externa do Brasil em agricultura: o papel da Embrapa na cooperação técnica. Brasília: UnB, 2008.

46. MARTINS, J. S. O poder do atraso: ensaio de sociologia da história lenta. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

47. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

48. MDS. Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

49. MELO, T. S. DE. O Estado como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos: um olhar para as populações tradicionais. In: *Espaço e Tempo Midiáticos*, v. 1, n. 1, p. 189-207, 2016.

50. MENDONÇA, M. R. A urdidura do capital e do trabalho no capital do sudoeste goiano. [s.l.] Unesp – Presidente Prudente/SP, 2004.

51. _____.; OLIVEIRA, A. R. DE; GONÇALVES, R. J. DE A. F. A look at agroecology and popular cooperation in Mozambican savannahs. In: *Policy in Focus*, v. 13, n. 2, p. 43-45, 2016.

52. MILHORANCE, C. A política de cooperação do Brasil com a África sub-saariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 5-22, 2013.

53. MITIDIERO JÚNIOR, M. A. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. In: *Boletim DATALUTA*, n. 114, p. 23, 2017.

54. _____.; BARBOSA, H. J. N.; HÉRICK DE SÁ, T. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. In: *Revista Pegada*, vol. 18, n. 3, set./dez., p. 7-77, 2017.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

55. MOURÃO, J. Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA-JBM). Brasília: Divisão de Cooperação Triangular e Programas Sociais, Japan International Cooperation Agency Brazil, 2011.

56. MOYO, S.; YEROS, P.; JHA, P. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. In: *Agrarian South:* Journal of Political Economy, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

57. OMT. Código Mundial de Ética do Turismo. 1999. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/651-código-de-ética-mundial-para-o-turismo.html>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

58. OURIQUES, H. R. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas/SP: Editora Alínea, 2005.

59. PESSÔA, V. L. S. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba/MG. [s.l.] Unesp – Rio Claro/SP, 1988.

60. PFRIMER, M. H.; BARBOSA JR., R. (De)securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex. In: *Revista NERA*, v. 19, n. 30, p. 66-87, 2016.

61. _____.; _____. Neo-agro-colonialism, control over life, and imposed spatio-temporalities. In: *Contexto Internacional*, v. 39, n. 1, p. 9-33, 2017.

62. PORTUGUES, A. P. Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Rocca, 2001.

63. PROSAVANA. Sobre o programa: o que é o ProSavana. 2015. Disponível em: <http://www.prosavana.gov.mz/o-que-e-o-prosavana/?lang=pt-pt>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

64. RBA – REDE BRASIL ATUAL. Contag avalia um ano de Temer: "governo do capital e latifúndio". 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/05/contag-avalia-um-ano-de-temer-governo-do-capital-e-latifundio>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

65. ROCHA, P. V.; BARBOSA JR., R. Criminalizar é governar: uma proposta teórica para a compreensão da criminalização dos movimentos sociais do campo no Brasil. In: *Colombia Internacional*, v. 93, p. 205-232, 2018.

66. ROSSI, A. Moçambique, o Brasil é aqui. Rio de Janeiro: Record, 2015.

67. SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora USP, 2006.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

68. SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

69. SOUZA, M. M. O.; FOLGADO, C. A. Agrotóxicos: violações socioambientais e direitos humanos no Brasil. Anápolis: UEG, 2016.

70. UNAC; GRAIN. Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique. Barcelona: [s.n.] 2015.

71. UNFPA. Cooperação Sul-Sul. 2017. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/1556-cooperacao-sul-sul-e-prioridade-do-unfpa>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

72. URIOSTE, M. Concentration and "foreignisation" of land in Bolivia. In: *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, p. 439-457, 2012.

73. VALE. Vale no mundo: a Vale em Moçambique. 2017. Disponível em: <mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Moçambique>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

74. VIOMUNDO. ProSavana: Brasil banca usurpação de terras em Moçambique – "Carta aberta das organizações de Moçambique frente ao ProSavana!" 2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/prosavana.html>. Acesso em: 14 de julho de 2017.

75. VISENTINI, P. O Brasil reencontra o caminho africano. In: *Sul-Sul, a África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação.* Porto Alegre: Leitura XXI, p. 81-152, 2013.

76. ZACARIAS, D. A.; AZEVEDO, H. A. M. A. Políticas públicas e desenvolvimento do turismo em Moçambique: estudos, experiências e perspectivas. Maputo: Ehsohfotoh, 2015.

77. ZIMMERER, K. S. Environmental governance through "speaking like an Indigenous State" and respatializing resources: ethical livelihood concepts in Bolivia as versatility or verisimilitude? In: *Geoforum*, v. 64, p. 314-324, 2015.

78. ZIZEK, S. Em defesa das causas perdidas. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011a.

79. _____. Primeiro como tragédia, depois como farsa. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011b.

80. ZUCARELLI, M. C. A construção de usinas hidrelétricas e as disputas assimétricas para usos diversos dos espaços ambientais. In: *Latitude*, v. 9, n. 1, p. 7-28, 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X